



ESTADO DE MINAS GERAIS

Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Procuradoria da FEAM

FEAM	
Protocolo nº: 71.2590/136	FUNDAÇÃO ESTADUAL 48 F.L. nº
Divisão: Procuradoria	MEIO AMBIENTE
Mat.:	Visto: 1

PROCESSO Nº 317/1998/006/2007
AUTO DE INFRAÇÃO Nº F316/2007
AUTUADO: INTERCAST S.A.
OBJETIVO: Recurso de penalidade aplicada

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO

A pessoa jurídica em epígrafe foi autuada em 03/01/2007, por meio do Auto de Infração nº F316/2007, como incursa no artigo 87, inciso I do Decreto nº 44.309/06, pela seguinte irregularidade:

"A empresa dispõe a areia de fundição em local inadequado, não possuindo as medidas de controle ambiental necessárias, em desacordo com a licença de operação."

No Auto de Infração foi imposta a penalidade de multa, no valor de R\$30.001,00 (trinta mil e um reais), nos termos do artigo 61, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 44.309/06, por se tratar de **infração de natureza gravíssima**, cometida por **empreendimento de médio porte**.

Após regular notificação da autuada, a defesa foi apresentada, tempestivamente, pela empresa e devidamente analisada pelo Parecer Técnico DIFISC nº 10/2007 (fl. 25) e Parecer Jurídico (fls. 31/33).

O processo foi julgado pelo Presidente da FEAM, em 06.12.2011 (fl. 34), que decidiu pela manutenção da penalidade referente à infração descrita no art. 87, inciso I, do Decreto nº 44.309/06, reduzindo-se o seu valor para R\$20.001,00 (vinte mil e um reais), nos termos do art. 96 do Decreto 44.844/08, por ser mais benéfico ao autuado.

A autuada foi devidamente notificada da decisão, conforme fls. 35/38 e apresentou Recurso no prazo legal, alegando, em síntese que:

- não foi constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, sendo que as cinco mil toneladas de areia já foram depositadas no aterro industrial e que o empreendimento atualmente encontra-se ambientalmente regular;
- considerando que não houve comprovação de degradação, a infração aplicada deveria ser a tipificada no artigo 86, inciso I do Decreto 44.309/06;
- requer a aplicação das atenuantes previstas no artigo 68, alíneas "a", "c" e "e" do referido Decreto.



Da Degradação Ambiental – Infração Gravíssima

Em 13/09/2006 foi realizada fiscalização, na qual foi constatada a disposição de resíduos (**areia de fundição**) no pátio da empresa que, segundo informado, era cerca de 5 (cinco) mil toneladas. Foi informado também que o resíduo produzido a partir de junho/2006 estava sendo enviado para o Aterro Industrial, cerca de 700 toneladas/mês juntamente com parte do resíduo do passivo, ou seja, quando da fiscalização, a empresa possuía contrato com o aterro industrial de propriedade da SINDIMEI, no entanto, havia uma quantidade considerável de resíduo (passivo) nas dependências da empresa.

O empreendimento foi autuado por meio do Auto de Infração nº F710/2007, como incurso no inciso I do artigo 87, do Decreto nº 44.309/06, *in verbis*:

Art. 87. São consideradas infrações gravíssimas:

I - descumprir condicionantes aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental

Conforme esclarece o Parecer Técnico DIFISC nº 10/2007, a Licença de Operação da empresa tem como condicionante a destinação dos resíduos sólidos de forma correta, fato este que não foi observado e relatado durante a fiscalização. Sendo, portanto, constatado um passivo de cinco mil toneladas dispostos numa área da empresa sem as medidas de controle ambiental necessárias.

Ressalta-se que a autuada, em nenhum momento negou o cometimento da infração, simplesmente contesta a existência de poluição e degradação ambiental causada pela disposição inadequada da areia de fundição.

A esse respeito, registra-se que um dos principais aspectos ambientais da atividade de fundição é a geração de resíduos sólidos. A areia de fundição é o principal resíduo gerado no processo. A disposição inadequada pode gerar impactos ambientais principalmente em solo e água superficiais e subterrâneas.

Conforme vistoria realizada, a areia de fundição depositada à céu aberto nas dependências da empresa, além dos problemas de saúde relacionados à contaminação da área, a disposição de resíduos no solo pode causar contaminação direta do mesmo pela presença de metais, além de poder potencialmente contaminar às águas em seu entorno.



Sobre o tema, destacamos que os resíduos industriais, tendo em vista seu potencial de periculosidade e conseqüente geração de impactos ambientais graves quando não destinados de forma adequada, devem ser alvo de maior controle pelos órgãos ambientais.

A geração de resíduos é um dos principais aspectos ambientais causadores de poluição, quando não gerenciados corretamente pelas indústrias. Conforme prevê a legislação, os resíduos gerados devem ser destinados a locais previamente licenciados, obedecendo a critérios técnicos.

A legislação ambiental prevê ações a serem adotadas pelas empresas que possuem depósitos inadequados internos ou externos de areais de fundição, de forma a exigir a adequação desses depósitos, seja pela remoção dos resíduos ou pelo confinamento seguro, de forma a evitar impactos em solo e águas subterrâneas.

No presente caso, ainda que à época da fiscalização, o empreendimento possuía um contrato, no qual tinha como objeto o credenciamento da empresa para depositar seus resíduos no Aterro Industrial de propriedade do SINDIMEI, o fato é que foi constatada a existência de um passivo de cinco mil toneladas de areia de fundição nas dependências da empresa, fato esse incontroverso.

Desta forma, o descumprimento de condicionante da licença está largamente demonstrado, na medida em que comprovado a disposição 5 (cinco) mil toneladas de resíduos (areia de fundição) no pátio da empresa.

Da ausência das circunstâncias atenuantes apontadas pelo recorrente

Primeiramente, é necessário esclarecer que todos os requisitos de validade previstos no artigo 32 do Decreto nº 44309/2006 estão presentes no Auto de Infração nº F316/2007, notadamente o fato constitutivo da infração e a disposição legal em que se fundamenta a autuação.

Quanto ao requerimento de aplicação das atenuantes previstas no art.68, "a", "c" e "e" do referido Decreto, vejamos:

- a) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos, incluídas medidas de reparação ou de limitação da degradação causada, se realizadas de modo imediato, hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em até um terço;
- c) menor gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até um terço;
- e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até um sexto;

Nota-se que na vistoria realizada não foram constatadas pelo fiscal as circunstâncias atenuantes alegadas pelo autuado.



Com relação à efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente, ressalta-se que a empresa foi identificada como geradora de passivo e por isso foi autuada para que adotasse as medidas corretivas. De modo que a empresa iniciou o processo de disposição correta da areia de fundição somente após a fiscalização ambiental, ou seja, o passivo de cinco mil toneladas de areia não foi retirado imediatamente, mas juntamente com as 700 toneladas/mês que eram encaminhadas para o aterro industrial.

Quanto à menor gravidade dos fatos, não há que se falar, tendo em vista suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente, não há dúvidas de que a disposição inadequada da areia de fundição, além de problemas de saúde relacionados à contaminação da área, pode causar contaminação direta do solo e das águas em seu entorno.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, entende esta Procuradoria que a multa prevista no art. 87, inciso I, do Decreto nº 44.309/06, deve ser mantida diante da configuração da infração administrativa, de que a empresa armazenou, à época da fiscalização, areia de fundição em local inadequado, não possuindo as medidas de controle ambiental necessárias, em desacordo com a licença de operação.

Remetemos os autos à Câmara Normativa Recursal do COPAM e sugerimos que seja julgado improcedente o Recurso, mantendo a penalidade de multa no valor de R\$20.001,00 (vinte mil e um reais) nos termos do artigo 87, inciso I e 61, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 44.309/06 c/c art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 22 de junho de 2016

Fernanda Alcântara Ribeiro
Analista Ambiental da Procuradoria da FEAM
OAB/MG 103756- MASP 1223853-1